



Na Mesa, dirigida por Paim, representantes de confederações, do Ministério do Trabalho e do Diap discutem a contribuição. No auditório, sindicalistas e trabalhadores



Contribuição assistencial pode ter novas regras

Audiência no Auditório Petrônio Portella debate decisão do Ministério do Trabalho de proibir cobrança de contribuição assistencial de não-sindicalizados. **Página 4**

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.410 – Brasília, sexta-feira, 7 de julho de 2006

Sibá espera que CCJ aprove fim da reeleição

Sibá Machado manifestou ontem a expectativa de que sua proposta que acaba com a reeleição para presidente da República seja aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto de Sibá – que amplia o mandato presidencial de quatro para cinco anos – poderá ser votado na próxima quarta-feira pela CCJ, onde recebeu parecer favorável do relator Tasso Jereissati. **Página 7**

Lúcia Vânia comemora avanço na defesa da mulher

A aprovação do projeto que, entre outras medidas, cria os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher foi destacada por Lúcia Vânia. Relatada pela senadora, a proposta proíbe que os agressores sejam punidos somente com penas pecuniárias, como pagamento de cestas básicas. Lúcia Vânia lembrou que 2 milhões de mulheres são espancadas por ano no Brasil. **Página 8**

CPI ouve ex-assessora do Ministério da Saúde



Jungmann (E), Biscaia e Lando: comissão decide tomar poucos depoimentos e se concentrar na análise de documentos

Acusada de intermediar recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias a preços superfaturados, Maria da Penha Lino deverá ser ouvida na segunda-feira por integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Sanguessugas. **Página 3**

Jucá confirma acordo para votar LDO

Líder do governo no Senado e relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Romero Jucá disse que a LDO deverá ser votada pelo Congresso na próxima terça-feira. Jucá negou a existência de pressões, por parte do governo, para que a LDO não seja votada devido a regras estabelecidas no novo texto fixando repasses de recursos aos estados exportadores para ressarcir perdas decorrentes da Lei Kandir. **Página 5**

Congresso analisa MPs que reajustam salário de servidor

Começam a tramitar na Câmara as sete medidas provisórias editadas pelo Executivo em 29 de junho para reajustar salários de servidores. As MPs geraram divergências entre o Tribunal Superior Eleitoral, que considera ilegal o reajuste nos 180 dias anteriores às eleições, e a Advocacia Geral da União. **Página 4**

Limitar o uso da palavra para permitir a participação de um número maior de senadores e aperfeiçoar o procedimento de tramitação conjunta são alguns dos objetivos da mudança

Senado aprova primeira parte da reforma do seu Regimento Interno

Entre as mais de 50 matérias aprovadas ontem pelo Senado, há uma que trata do funcionamento da Casa. Trata-se da primeira parte do trabalho que vem sendo realizado desde abril de 2005 pela Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno e que originou o Projeto de Resolução (PRS) 27/06. A proposta vai agora à promulgação.

Os principais propósitos do projeto são: definir o quantitativo das bancadas para efeitos de ocupação de cargos em comissões com base nos números da data de diplomação dos eleitos; limitar o uso da palavra para permitir a participação de um número maior de senadores; aperfeiçoar o procedimento de tramitação conjunta de proposições; e fixar o início da ordem do dia (momento da sessão plenária destinado à votação de matérias) para as 16h.

O senador Tião Viana (PT-AC), relator da comissão, explica que a ampliação do acesso à palavra se dará pelo aumento do período da hora do expediente (destinado aos pronunciamentos) de 90 para 120 minutos, por um lado, e, por outro, mediante a limitação da intervenção dos líderes a uma única vez por sessão. O projeto também estabelece que haverá restrição à liberalidade com o uso do tempo pelos oradores: o presidente da sessão somente poderá ampliar o prazo de um pronunciamento por um ou dois



Maciel preside comissão que busca remover entraves ao trabalho legislativo

minutos. Depois disso, o som do orador será cortado.

Quanto à tramitação em conjunto das matérias, o princípio utilizado, explica o relator, será “simples e claro”: terá prioridade a proposição apresentada com maior antecedência, independentemente de sua amplitude, para evitar “subjativismos” e “manobras que podem prejudicar o autor da idéia original”. Tião Viana também trata, em seu relatório, da importância da mudança do critério de definição de bancadas.

– Entendemos, e essa é a contribuição que oferecemos ao processo de reforma política, que o resultado das urnas deve ser prestigiado. A maneira de fazê-lo é contemplar, na definição da bancada, o quantitativo da data de diplomação dos eleitos – diz.

O colegiado, composto por



Tião Viana é o relator do trabalho que originou o projeto de resolução

cinco membros titulares e cinco suplentes, é presidido pelo senador Marco Maciel (PFL-PE). Foi criado a partir de amplo acordo de lideranças, com o objetivo de remover os entraves ao bom andamento dos trabalhos legislativos, observando-se as garantias constitucionais das maiorias parlamentares.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que relatou o projeto de resolução na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), informou que a idéia de apresentar diversas proposições, e não apenas uma mais abrangente de reforma integral do regimento, surgiu logo no início dos trabalhos da comissão, que entendeu que seria mais factível a negociação, e, conseqüentemente, a alteração, a partir de questões pontuais, sobre as quais já existisse consenso.

Para Simon, despesas públicas não podem ser protegidas por sigilo

Tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que propõe excluir do benefício do sigilo bancário as operações financeiras vinculadas ao pagamento de contratos da administração pública. Para isso, o PLS 95/06 altera a Lei das Licitações (Lei 8.666/93) em relação a esses contratos e a Lei Complementar 105/01, que trata do sigilo bancário.

Na justificativa, Simon argumenta que o objetivo da proposta é dar transparência aos gastos da administração pública. O senador acrescenta que essas despesas públicas não podem ser protegidas por sigilo bancário.



Simon quer evitar superfaturamentos, desvios e apropriação de recursos públicos

– A seqüência infundável de malversações, superfaturamentos, desvios e apropriação indevida de recursos públicos nos leva a concluir e clamar por um aperfeiçoamento das normas que tratam de pagamentos e de contratos – conclui Pedro Simon.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

Às 9h, o Plenário reúne-se em sessão não-deliberativa. Sem a votação de projetos, ela se destina a pronunciamentos, avisos da Mesa e das lideranças, leitura e apresentação de novas propostas, entre outros. A votação das matérias que fazem parte do esforço concentrado pré-eleitoral será retomada na próxima terça-feira.

CPI deve ir a Cuiabá ouvir ex-funcionária de ministério

A ex-assessora especial do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino, acusada de participar do esquema de compra superfaturada de ambulâncias por prefeituras a partir de emendas parlamentares ao Orçamento, deve ser ouvida pela CPI dos Sanguessugas na segunda-feira, em Cuiabá.

Linha direta

Por meio do Alô Senado, o cidadão pode tirar dúvidas sobre propostas em tramitação. O serviço funciona das 8h às 20h, nos dias úteis, pelo telefone 0800 612211. O contato pode ser feito também pelo e-mail alosenado@senado.gov.br.

Artistas do Brasil

O Salão Negro sedia, até o dia 14 de julho, a segunda edição da mostra *Artistas Brasileiros*. As obras também estão em uma galeria virtual, que pode ser acessada pelo endereço www.senado.gov.br/Comunica/artistasbrasil.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Marcos Guerra e José Maranhão

Maria da Penha Lino, Darci Vedoin e seu filho Luiz Antônio, acusados de participação na máfia das ambulâncias, serão ouvidos em Cuiabá por integrantes da CPI

Ex-assessora do Ministério da Saúde deve depor na segunda e empresários, na terça

A ex-assessora especial do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino deverá ser ouvida por membros da CPI dos Sanguessugas na segunda-feira, em Cuiabá. Penha é acusada de intermediar recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias a preços superfaturados, em um esquema que também contaria com a participação dos empresários Darci José Vedoin e seu filho Luiz Antônio Trevisan Vedoin, além de parlamentares, funcionários públicos e prefeitos. Na terça-feira, os integrantes da comissão devem tomar os depoimentos de Luiz Antônio e de Darci José, dono da empresa Planam.

Ontem, Luiz Antônio Vedoin, proprietário da Santa Maria Comércio e Representações, não concordou que o senador Sibá Machado (PT-AC) e o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) acompanhassem o depoimento que vem sendo prestado pelo empresário ao juiz da 2ª Vara Federal, em Cuiabá. O acompanhamento do depoimento na capital de Mato Grosso pelos parlamentares foi decidido em reunião da CPI dos Sanguessugas.

As denúncias sobre o desvio de recursos do Orçamento para compra de ambulâncias a preços superfaturados vêm sendo investigadas pela Polícia Federal (PF), Supremo Tribunal Federal (STF), Ministério Público (MP) e Procuradoria Geral da República.



Membros da CPI dos Sanguessugas querem fim de sigilo de inquérito contra parlamentares

O STF deferiu parcialmente a liminar requerida no *habeas corpus* em favor de Luiz Antônio Vedoin, concedendo a ele o direito de ficar calado e de ser acompanhado por advogado quando de seu depoimento à CPI. O tribunal negou, porém, a interrupção dos trabalhos da comissão, como havia sido requerido pelo empresário, sob a alegação “de que a suspensão da tramitação da CPMI é o tema de mérito a ser apreciado”.

Depoimentos

Na última terça-feira, a comissão tomou, em reunião fechada, os depoimentos das duas autoridades responsáveis pelo início das investigações sobre a máfia das ambulâncias em Mato Grosso: o delegado da Polícia Federal Tardelli Boaventura e o procurador regional da República naquele estado Mário Lúcio Avelar. O pedido para que a audiência fosse

restrita aos membros da comissão foi feito pelo próprio Tardelli.

Na próxima semana, o presidente do colegiado, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), deverá pedir à presidente do STF, ministra Ellen Gracie Northfleet, que revogue a decisão do tribunal que determina a manutenção do sigilo dos inquéritos que apuram a participação dos 15 parlamentares na compra de ambulâncias. Já foram entregues aos acusados notificações para que se defendam das denúncias perante a CPI dos Sanguessugas.

Instalada no dia 22 de junho, a CPI dos Sanguessugas tem como relator o senador Amir Lando (PMDB-RO) e como vice-presidente o deputado Raul Jungmann (PPS-PE). O prazo para a conclusão dos trabalhos do colegiado é de 30 dias, prorrogável por mais 30, segundo acordo firmado entre líderes partidários

durante a instalação da comissão. Porém, o período regimental para o funcionamento de uma CPI é de 180 dias, conforme prevêem os regimentos internos das duas Casas do Congresso.

Estratégia

Segundo Biscaia, a estratégia adotada pela comissão será a de realizar o mínimo possível de depoimentos e se concentrar na análise de documentos já encaminhados aos parlamentares, incluindo os da Polícia Federal e do Ministério Público.

A primeira providência dos membros da CPI foi requisitar, às autoridades judiciais e policiais, documentos sobre a venda irregular de ambulâncias, como forma de agilizar os trabalhos da comissão. Nesse sentido, Lando reuniu-se com o procurador federal Mário Lúcio Avelar, responsável pela investigação da máfia das ambulâncias em Mato Grosso. O relator e o presidente da comissão também encontraram-se com o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza; com o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda; e com a ministra Ellen Gracie.

Lando e Biscaia conversaram ainda com o controlador-geral da União, Jorge Hage. Na ocasião, requisitaram cópias das investigações da Operação Sanguessuga, bem como dos respectivos requerimentos de instauração de inquérito contra parlamentares.

Parlamentares têm até quinta para apresentar defesa

Os 15 parlamentares, cujos nomes estão sendo mantidos em sigilo, acusados de envolvimento no esquema de compra superfaturada de ambulâncias com recursos do Orçamento da União, já receberam as notificações para apresentar defesa por escrito à CPI dos Sanguessugas, segundo informou a Secretaria das Comissões. Com isso, começou a contar ontem o prazo de cinco dias úteis para que os parlamentares apresentem sua defesa.

A Secretaria das Comissões informou ainda que, até ontem, cerca de dez parlamentares integrantes da CPI dos Sanguessugas procuraram a secretaria para examinar a documentação recebida da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Controladoria Geral da União e Supremo Tribunal Federal sobre a máfia das ambulâncias. Além do presidente e vice-presidente da comissão, respectivamente deputados Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) e Raul Jungmann (PPS-PE), e do relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), estiveram na sala-cofre onde estão guardados em sigilo os documentos os senadores Sibá Machado (PT-AC) e Wellington Salgado (PMDB-MG) e a deputada Vanessa Graziottin (PCdoB-AM).

Entidades sindicais pedem fim do fator previdenciário

O projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) que acaba com o fator previdenciário foi debatido – e defendido – por representantes de diversas entidades sindicais durante audiência pública realizada ontem pelo Senado. A proposta (PLS 296/03) tramita atualmente na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O fator previdenciário é utilizado no cálculo das aposentadorias e leva em conta, entre outros itens, a expectativa de vida do beneficiário. Um de seus objetivos, conforme ressalta estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é

“retardar aposentadorias e reduzir as despesas previdenciárias”, já que o fator reduz o valor dos benefícios para quem se aposenta mais cedo.

Na audiência, o diretor-técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Flávio Tonelli Vaz, ressaltou que “o fator previdenciário surgiu em substituição à impossibilidade de o governo federal exigir idade mínima para a aposentadoria”. Ele lembrou que “o governo foi derrotado duas vezes na Câmara, em 1998, quando tentou aprovar a idade mínima, além de ter tentado impor isso por decreto,

sem sucesso, em 1999”. O fator previdenciário foi criado nesse mesmo ano, pela Lei 9.876.

– Como não foi possível impor aos trabalhadores uma idade mínima, o governo optou por lhes imputar uma grande perda no momento da aposentadoria, sob o discurso de que o fator incentivaria as pessoas a permanecer no mercado de trabalho – afirmou o diretor-técnico do Diap.

Segundo Tonelli, não se pode exigir que todos os trabalhadores continuem em atividade após certa idade, principalmente quando se trata de profissões que exigem maior esforço físico



Projeto de Paim (D) é apoiado por lideranças sindicais durante audiência pública

– ele citou como exemplo os serventes de pedreiros.

Outro problema mencionado por Tonelli, e que também foi destacado por Floriano José Martins, presidente da Fundação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência

Social, é a incerteza provocada pelo fator previdenciário. Floriano ressaltou que isso ocorre porque um dos itens da fórmula desse fator, a expectativa de vida calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), muda a cada ano.

Em debate realizado pela Comissão de Assuntos Sociais, Paim fala sobre proposta criada a partir de sugestões recebidas do movimento sindical



Ao lado de representantes do movimento sindical, Paim (E) anuncia projeto de lei em audiência que discutiu portaria ministerial

Contribuição assistencial para sindicato pode ter nova regra

Paulo Paim (PT-RS) anunciou a apresentação de projeto de lei regulamentando a cobrança das contribuições assistencial, confederativa e similares, de acordo com sugestões recebidas do movimento sindical. O senador fez a revelação ontem, em audiência pública da Subcomissão Permanente de Trabalho e Previdência, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que discutiu a proibição do desconto em folha da contribuição assistencial. O evento ocorreu no Auditório Petrônio Portella do Senado, atendendo a requerimento de Paim.

Recentemente, o Ministério do Trabalho e Emprego editou a Portaria 160, que impede os sindicatos de recolher a contribuição

assistencial de empregados não sindicalizados. Em consequência disso, o Ministério Público do Trabalho tem ajuizado ações contra os sindicatos.

O diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Hélio Gherardi, explicou que apenas a contribuição sindical permitida pela legislação não é suficiente para cobrir as despesas dos sindicatos, que estão enfrentando dificuldades.

A representante do Ministério do Trabalho, secretária de Inspeção do Trabalho Ruth Beatriz Vasconcelos Vilela, concorda que é necessário suporte financeiro para que os sindicatos exerçam sua função de defender os interesses dos trabalhadores.

Mas ela observou que o ministério, com a ajuda de seus fiscais, também desempenha esse papel, embora não haja reconhecimento por parte das entidades sindicais. Para Ruth Vilela, a solução dos problemas trabalhistas passa pela discussão entre os sindicatos e os trabalhadores com o Executivo e o Judiciário, e não pelo confronto. A secretária convidou os parlamentares e os dirigentes sindicais para se reunir no ministério e debater o tema.

A secretária de Relações do Trabalho, Isabel Jacob Morgado, também do Ministério do Trabalho, frisou que a solução se dará via legislação. Ela disse que é preciso uma norma que não afronte e lei nem lese o trabalhador.

A volta dos servidores demitidos no governo Collor

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou da tribuna a edição de portaria, pelo governo federal, que estabelece critérios para que os funcionários públicos federais demitidos injustamente entre 1990 e 1992 possam retornar ao serviço nos órgãos públicos, nas fundações e nas estatais, caso se enquadrem entre os beneficiados pela Lei 8.878/94.

Paim lembrou ainda a mobilização popular que resultou

na edição da Lei da Anistia (6.683/79), que permitiu o retorno ao país de pessoas perseguidas por motivos políticos durante o regime militar.

– Precisamos responder a essas pessoas, precisamos encontrar uma forma de cicatrizar as feridas profundas que ficaram para sempre no corpo, na alma e na mente de milhares de homens e mulheres pelas demissões, pelas torturas e mortes na família – dis-

se o parlamentar.

Paim também avaliou positivamente a audiência pública realizada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para discutir a proibição do desconto em folha da contribuição assistencial. Ele adiantou que um projeto de lei de sua autoria pretende resolver as divergências entre trabalhadores, sindicatos, Ministério do Trabalho e Ministério Público do Trabalho.

Congresso Nacional analisa medidas provisórias que reajustam salários

Estão no Congresso Nacional as nove medidas provisórias (MPs) editadas no dia 29 de junho pelo Poder Executivo. Elas vão se unir a outras nove MPs que aguardam emendas, análise, relatório e votação na Câmara, incluindo a MP 291/06, que reajustou em 5% acima de um salário mínimo, no dia 1º de abril, os benefícios mantidos pela Previdência Social. O prazo para a instalação das comissões mistas que deveriam analisar as MPs encerrou-se ontem e, por isso, elas seguem para análise no Plenário da Casa iniciadora – a Câmara dos Deputados.

Das nove MPs mais recentes, sete criam planos de carreira ou alteram a remuneração de servidores e foram alvo de debates entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Advocacia Geral da União (AGU). Os dois órgãos divergiram a respeito da legalidade do reajuste dos salários deliberado 180 dias antes das eleições. Enquanto o TSE vetou o aumento, a AGU o considerou legal.

Também chegou ao Congresso a medida provisória (MP 309/06), editada no dia 4 de julho, que trata da criação do plano de cargos da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). A medida ainda está dentro do prazo para a instalação da comissão mista.

Confira o teor das MPs:

– MP 301/06, dispõe sobre a criação das carreiras da Previdência, da Saúde, do Trabalho, do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), entre outras.

– MP 302/06, cria Planos Es-

peciais de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), além de instituir gratificações para cargos da administração pública federal e de integrantes do Ministério das Relações Exteriores, entre outros benefícios.

– MP 304/06, cria o Plano Geral de Cargos do Executivo e o Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e outras ações.

– MP 305/06, trata da remuneração dos cargos das carreiras de procurador da Fazenda Nacional, advogado da União, procurador federal e defensor público da União, entre outras.

– MP 306/06, fixa os valores dos soldos dos militares das Forças Armadas.

– MP 307/06, modifica os valores da Vantagem Pecuniária Especial devida a militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

– MP 308/06, fixa o subsídio dos cargos das carreiras de delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal.

– MP 303/06, regulamenta o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social.

– MP 300/06, autoriza o Poder Executivo a pagar os valores devidos aos anistiados políticos.

Regras atuais de tramitação das MPs

Desde o dia em que são publicadas, as medidas provisórias têm força de lei e valem por 60 dias, com prorrogação automática uma única vez pelo mesmo período. O prazo regimental é de 45 dias para a análise completa na Câmara e no Senado. Se as Casas não votarem as MPs nesse período, passam a ter a pauta trancada até que se conclua a votação das matérias.

O prazo para a instalação das comissões mistas para estudar o teor das MPs é de até 48 horas após a publicação. Esses colegiados devem funcionar por 14 dias a partir da edição da medida. Mesmo com a previsão de funcionamento das comissões mistas, a não instalação desses colegiados tem sido constante, o que faz com que as MPs sigam para a Câmara, onde o presidente da Casa designa um relator

que elaborará um parecer para ser votado em Plenário. Depois da deliberação, as MPs seguem para o Senado, onde cumprem rito semelhante.

Se o conteúdo de uma MP for alterado, ela passa a tramitar como projeto de lei de conversão (PLV). No caso de a Câmara ou o Senado rejeitarem a medida provisória ou, ainda, se ela perder sua eficácia, os parlamentares terão que editar um decreto legislativo para disciplinar os efeitos gerados durante o período de vigência da medida.

No entanto, caso seja acolhida sem modificações na Câmara e no Senado, a medida provisória segue para publicação no *Diário Oficial* da União. Se for aprovado projeto de lei de conversão alterando a MP, a matéria segue para sanção da Presidência da República.

Relator nega insatisfação do governo com mudanças no texto e diz que aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2007 depende apenas de quórum

Jucá confirma acordo e anuncia votação da LDO para terça

O líder do governo no Senado e relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007, senador Romero Jucá (PMDB-RR), disse ontem à Agência Senado que a LDO deverá ser votada na sessão conjunta do Congresso de terça-feira, marcada para as 12h. Segundo Jucá, já houve entendimento entre os partidos para a votação da LDO e a proposta só não foi votada até agora por falta de quórum, pois o calendário eleitoral, com eventos e realizações de convenções partidárias em vários estados, tem dificultado a presença dos parlamentares em Brasília para as votações.

O senador negou que haja pressões por parte do governo para que a LDO não seja votada devido a regras estabelecidas no novo texto aprovado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), que fixam repasses de recursos aos estados exportadores para ressarcir perdas decorrentes da aplicação da Lei Kandir.

– A LDO foi aprovada por unanimidade na comissão. O governo não tem nada a ver com isso. Qualquer colocação nesse



Jucá lembra que texto foi aprovado por unanimidade na Comissão Mista de Orçamento

sentido é desculpa furada, é não querer votar a LDO. Vamos trabalhar para votar. Até agora não ocorreu a votação por falta de quórum. Não há nenhuma pendência por parte do governo com relação à Lei Kandir – afirmou Jucá.

Devido ao calendário eleitoral, explicou o relator da LDO, o Senado deverá concentrar suas sessões deliberativas deste mês nas próximas segunda, terça e quarta-feira, respectivamente dias 10, 11 e 12, com o objetivo de aprovar matérias pendentes. Na terça-feira, além da sessão deliberativa do Senado, haverá

sessão conjunta do Congresso para votar a LDO. Será, portanto, uma semana de esforço concentrado para aprovar as matérias.

Lei Kandir

Uma das principais mudanças feitas pela CMO no texto da LDO de 2007 enviado pelo Executivo refere-se à Lei Kandir, que isenta do pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semi-elaborados ou serviços. O substitutivo ao projeto da LDO contém um dispositivo que torna obrigatória a inclusão, no Orçamento anual, de recursos para

compensar as perdas que os estados exportadores sofrem com a determinação da Lei Kandir.

Transparência

Jucá destacou ainda outras mudanças na LDO, que foi aprovada pela CMO no dia 20 de junho por acordo de líderes. Uma delas é a criação de mecanismo que dá maior transparência e controle para repasses de recursos orçamentários da União a entidades privadas e públicas. Entre essas medidas estão a exigência de contrapartida pelas entidades beneficiárias, a obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos convênios em páginas da internet e a informatização da prestação de contas dos convênios.

Essas regras deverão evitar fraudes como a que foi detectada recentemente pela Polícia Federal (PF), na chamada Operação Sanguessuga. Nas investigações, a PF descobriu um esquema de licitações e superfaturamento para aquisição de ambulâncias por prefeituras, com envolvimento de funcionários de ministérios, parlamentares e assessores, que se empenhavam

na aprovação de emendas ao Orçamento e depois distribuam os recursos entre si.

Gastos

O líder do governo disse ainda que o projeto da LDO criou um limite para o item “restos a pagar no Orçamento” e determinou a diminuição de gastos de custeio no Legislativo, Executivo e Judiciário. A redução, de 10%, deverá ocorrer nas despesas com publicidade, diárias e passagens. O limite, conforme o texto, não poderá exceder, em 2007, a 90% do valor empenhado em 2006. Essas medidas, explicou Jucá, vão resultar em economia nas despesas globais dos três Poderes.

A LDO de 2007 prevê ainda um cenário macroeconômico de crescimento e manutenção da estabilidade de preços, de acordo com previsões do governo federal para o próximo ano. Há estimativa de crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4,75%, de uma inflação acumulada no ano de 4,5%, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA), e de taxa média de câmbio de R\$ 2,32.

Crédito suplementar para o MEC e contas do governo na pauta da CMO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) marcou reunião para as 10h de terça-feira, a fim de votar, entre outras matérias, projeto que abre crédito suplementar no valor global de R\$ 641,6 milhões em favor do Ministério da Educação, destinado ao reforço das dotações orçamentárias deste ano (PLN 4/06). O relator da matéria, deputado Walter Pinheiro (PT-BA), apresentou parecer favorável à proposição.

Também está na pauta da CMO a Mensagem 48/04, que encaminha ao Congresso Nacional relatório sobre as contas do governo referentes ao exercício de 2003. Esse relatório está acompanhado das declarações de voto e de pareceres prévios aprovados pelos ministros do Tribunal de Contas da União (TCU). O relator da matéria, que deu parecer favorável, é o senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Não foram apresentadas emendas.

Os integrantes da Comissão Mista de Orçamento também devem examinar mensagens e

ofícios que tratam de relatórios e balancetes patrimoniais, bem como demonstrações financeiras e de resultados do Banco Central referentes ao segundo e terceiro trimestres de 2003, ao primeiro trimestre de 2005 e ao primeiro semestre de 2005.

Os parlamentares devem votar ainda requerimento que propõe a criação de um comitê permanente para avaliar as informações sobre obras e serviços com indícios de irregularidades graves apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Há também avisos do TCU que tratam de relatórios sobre suas atividades. Na agenda constam ainda mensagens que encaminham ao Congresso Nacional relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário do conjunto dos orçamentos Fiscal e da Seguridade social, bem como dos programas de dispêndios globais das empresas estatais federais não financeiras, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

TV Senado debate desenvolvimento nuclear no Brasil

O programa *Diplomacia*, da TV Senado, abre espaço neste fim de semana para a discussão sobre o desenvolvimento nuclear no Brasil. Questões sobre os benefícios da energia nuclear à sociedade e os problemas ambientais causados pelo lixo atômico são os pontos principais do debate. O programa recebe como convidados o secretário da Embaixada do Irã, Zanjani Mehdi, e o presidente da Associação Brasileira de Energia Nuclear, Edson Kuramoto.

A energia nuclear provém da fissão nuclear do urânio, do plutônio, do tório ou da fusão nuclear do hidrogênio. Foi usada pela primeira vez em um conflito durante a 2ª Guerra Mundial, quando os Estados

Unidos jogaram duas bombas sobre o Japão, em 1945. Depois disso, a energia nuclear não foi mais usada em conflitos bélicos e vem sendo utilizada na medicina e na produção de eletricidade, mas muitos países ainda possuem armas nucleares em seus arsenais ou desenvolvem pesquisas para a sua produção.

Amanhã, o programa *Espaço Cultural* apresenta uma entrevista exclusiva com o solista Marcus Tardelli. Músico desde os sete anos, Tardelli traz inovações técnicas ao violão e harmonia de sonoridade orquestral. Autodidata, o violinista acaba de lançar seu primeiro disco solo, *Unha e Carne*, com o melhor da obra do compositor

carioca Guinga.

À noite, o programa *Quem Tem Medo de Música Clássica?* traz um especial da música espanhola na interpretação de grandes instrumentistas e músicos. Entre as interpretações espanholas, o violinista John William apresenta *A Última Canção* e a Orquestra Filarmônica de Berlim acompanha a instrumentista Sarah Chang, na *Suíte da Ópera*.

No domingo, o escritor paulista Waldemar José Solha é o convidado do programa *Leituras*. Poeta e romancista, Solha tem em seu currículo a publicação de mais de dez livros, como *Israel Rêmora*, *A Verdadeira Estória de Jesus*. Ele também atuou no filme *A Canga*, de 1979.

Programação do fim de semana da TV Senado

Diplomacia

Sábado: 11h30 e 22h30
Domingo: 9h e 16h30

Leituras

Sábado: 20h
Domingo: 8h e 20h30

Espaço Cultural

Sábado: 24h
Domingo: 14h30

Quem Tem Medo de Música Clássica?

Sábado: 10h e 18h
Domingo: 10h e 18h

Senador comenta informação da *Folha de S. Paulo* de que ex-ministro foi designado para discutir com Evo Morales conseqüências de nacionalização das reservas de gás

Alvaro critica Lula por suposta missão de Dirceu na Bolívia

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) protestou em Plenário contra a suposta decisão do presidente Lula de enviar o ex-ministro e ex-deputado José Dirceu, “cassado e denunciado pelo procurador-geral da República”, como seu emissário para discutir com o presidente boliviano, Evo Morales, as conseqüências para o Brasil da nacionalização das reservas de gás e petróleo. A informação foi publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

Para Alvaro Dias, agindo dessa forma, o presidente Lula teria minimizado o problema com a Bolívia e jogado fora um patrimônio do povo brasileiro, com altos riscos de prejuízos econômicos e também de natureza política, além de contribuir para o processo de desgaste da imagem do Brasil no exterior.

Alvaro também condenou o tratamento – que classificou como “comprometedor” – dado pelo governo às agências regu-



Alvaro: preocupação também com entrada da Venezuela no Mercosul

ladoras. O parlamentar concorda com a opinião do presidente da Associação Brasileira das Agências Reguladoras (Abar), Alvaro Machado, para quem Lula trata as agências de maneira ideológica.

– Só em 2005 as seis principais agências reguladoras do setor de infra-estrutura foram contingenciadas em mais de R\$ 4,4 bilhões dos R\$ 5,2 bilhões previstos, ou seja, 84% do orçamento previsto.

Desde o início do governo Lula, o problema vem se agravando. O quadro compromete a quantidade e a qualidade da prestação dos serviços de energia elétrica, estradas, telefonia e combustíveis.

O senador também demonstrou preocupação com a entrada da Venezuela no Mercosul, pelas dificuldades de cumprir os protocolos do bloco nas diversas áreas e pela “postura belicosa adotada por Hugo Chávez contra os Estados Unidos”. Alvaro apontou estudos de especialistas que avaliam a medida como de “alto risco” para a região.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) questionou o fato de o presidente Lula não ter apresentado em sua declaração de renda à Justiça Eleitoral nenhum registro do empréstimo recebido do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. Sibá Machado (PT-AC) afirmou que o assunto já havia sido devidamente esclarecido por Lula.

Jucá comemora ingresso da Venezuela no Mercosul

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), comemorou, em pronunciamento feito ontem no Plenário, o ingresso formal da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul). Na avaliação do parlamentar, a participação da Venezuela no bloco será importante para o fortalecimento da América do Sul, além de beneficiar seu estado pelo intercâmbio de combustíveis baratos venezuelanos com a produção de

soja de Roraima.

– O Mercosul representa agora 76% do PIB [produto interno bruto] de toda a América do Sul, mais de US\$ 1 trilhão de PIB. Portanto, é um passo a mais que se dá no fortalecimento de toda a América do Sul – afirmou.

Romero Jucá ressaltou ainda que a importação de combustíveis e outros insumos agrícolas da Venezuela deverá tornar mais competitivo o setor agrícola ro- rainense.



Jucá: Roraima poderá trocar soja por combustível barato da Venezuela

Venezuela participando do encontro da Comissão Parlamentar Conjunta que antecedeu a solenidade de adesão do novo membro do Mercosul. Ele também representou o Senado brasileiro na sessão do congresso venezuelano em que foi aprovado o ingresso do país no bloco.

O senador acrescentou que é preciso estender ao restante da população os benefícios propiciados pelo Mercosul. Para ele, até agora os trabalhadores e as micro, pequenas e médias empresas não têm tido seus interesses contemplados.

Mesquita prevê fortalecimento do bloco regional

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) afirmou que a criação do Parlamento do Mercosul, prevista para o fim do ano, e o ingresso da Venezuela no Mercado Comum do Sul, oficializado esta semana, poderão fortalecer o bloco e ampliar a integração dos países latino-americanos.

– Agora poderemos, se ti-



Mesquita Júnior diz que é preciso estender benefícios a toda a população

vermos inteligência, trabalhar mais, gerar mais riquezas e beneficiar os trabalhadores de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela.

Mesquita Júnior esteve na

Sarney quer forte de Macapá como patrimônio da humanidade

Ao registrar a solenidade de comemoração do término das obras de restauração do Forte de São José do Macapá, ocorrida na semana passada, o senador José Sarney (PMDB-AP) pediu o apoio dos parlamentares da Casa a uma futura ação junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) visando à transformação do forte em patrimônio cultural da humanidade.

– Sei que o processo [de transformação em patrimônio cultural] é longo, não é fácil. Demanda tempo e estudos históricos. Não é uma coisa simples. Poucos monumentos do mundo são patrimônio da humanidade. Mas vamos iniciar essa batalha e tenho certeza que seremos vitoriosos – disse.

Em seu discurso, exibindo foto do monumento, Sarney ressaltou a importância do forte para a história da América e do Brasil. Lembrando que o Forte de São José do Macapá, com o Forte da Beira do Guaporé, foi planejado para assegurar o domínio português nas terras sul-americanas, o parlamentar considerou a fortaleza de Macapá como uma das maiores obras da arquitetura militar no país.



Sarney: fortaleza é uma das maiores obras da arquitetura militar no país

O Forte de São José do Macapá, conforme Sarney, tem cerca de 127 mil metros quadrados de edificações internas, 910 metros de perímetro e muralhas de 15 metros de altura. A fortaleza foi construída pelo Marquês de Pombal no fim do século 18 para coibir ações de piratas franceses e holandeses que saqueavam as caravelas portuguesas carregadas com ouro e pau-brasil.

– O Marquês de Pombal entregou a sua construção a um engenheiro italiano que se chamava Galúcio [Henrique Antônio Galúcio]. E entregou o Forte da Beira a outro engenheiro italiano. Os italianos eram tidos então como homens que entendiam de fortificações militares – assinalou o senador.

Tião Viana propõe indenização para vítimas da talidomida

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou projeto para que a União conceda indenização de R\$ 25.725 por dano moral aos portadores da deficiência física conhecida como síndrome da talidomida. Esse valor, de acordo com a proposta (PLS 156/06), será multiplicado pelo número dos pontos indicadores da natureza e do grau da dependência resultante da deformidade física.

Para avaliar os níveis da deficiência – que variam de um a oito –, são usados critérios técnicos estabelecidos pela Lei 7.070/62. Atualmente, o Estado brasileiro reconhece a existência de 277 vítimas da talidomida que, em virtude da causa da deficiência, já recebem pensão. Essas pessoas nasceram com deformações físicas provocadas pelo medicamento prescrito para as mães durante a gravidez.

Com a ingestão de um único comprimido de talidomida nos três primeiros meses de gestação, a mãe pode dar à luz uma criança com a síndrome. A doença é caracterizada pelo encurtamento de

braços, pernas, mãos ou pés do feto. Além disso, graves defeitos visuais, auditivos e problemas cardíacos, entre outros, podem ser provocados pelo medicamento.

A talidomida foi lançada em 1957 e, embora a síndrome tenha sido descoberta em 1961 na Alemanha, onde o medicamento foi sintetizado pelo laboratório Chemie Grünenthal, continuou a ser prescrita no Brasil para conter enjoos de mulheres grávidas. Nesse período, a Central de Medicamentos (Ceme) – órgão do Ministério da Saúde responsável pela fiscalização de medicamentos – não proibiu a venda da substância.

O direito das vítimas a indenização pelo laboratório Chemie Grünenthal prescreveu em 1982 sem que o governo brasileiro tomasse qualquer providência nesse sentido, segundo informou Tião Viana na justificativa.

A proposta do senador encontra-se em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Motta: enquanto os bancos lucram R\$ 30 bi, agricultura perde R\$ 25 bi

O senador João Batista Motta (PSDB-ES) fez ontem discurso crítico em relação ao governo Luiz Inácio Lula da Silva, que foi acusado de abandonar o setor agropecuário, levando-o a um prejuízo de R\$ 25 bilhões, enquanto os bancos anunciam lucros de R\$ 30 bilhões. Na avaliação de Motta, há “no fim do túnel” a esperança de que Lula não seja reconduzido ao cargo, e o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin se eleja presidente da República.

– Matematicamente, fatalmente Lula será cassado pelo povo – avaliou o senador.

Motta criticou o governo por não fazer a transposição das águas do rio São Francisco, ao dizer que, “quando o governo é competente, não teme a oposição”. O parlamentar citou os nomes de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek como presidentes que enfrentaram seus



Motta acusa o governo federal de abandonar o setor agropecuário

opositores e venceram grandes desafios – a fundação da Petrobras e a construção de Brasília, respectivamente.

O senador afirma ainda que sairão vitoriosos o governador do Espírito Santo e candidato à reeleição, Paulo Hartung (PSB); o senador Mão Santa (PMDB), candidato ao governo do Piauí; e o senador Sérgio Cabral (PMDB), ao governo do Rio de Janeiro, entre outros.

Proposta de João Alberto deduz do imposto de renda gasto com remédio

O projeto de lei do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) que permite a dedução de despesas com medicamentos no Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) está tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo. A dedução de tais despesas, de acordo com a matéria, ocorrerá no exercício financeiro seguinte.

A proposta (PLS 111/06) recebeu emenda da relatora Serys Slhessarenko (PT-MT), segundo a qual a comprovação de despesa se dará mediante apresentação de receituário médico e nota fiscal em nome do beneficiário.

Pelo projeto, além do pagamento feito a médicos, dentistas, psicólogos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e hospitais, exames laboratoriais, serviços radiológicos, aparelhos ortopédicos e próteses ortopédicas e dentárias, poderão ser deduzidas do pagamento de imposto também as despesas com medicamentos. Ao justificar a proposição, o senador cita o parágrafo 1º do artigo 145 da Constituição federal, pelo qual os impostos “terão caráter pessoal e devem ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte”, levando-se em conta critérios de justiça social.

Para João Alberto, as despesas com medicamentos estão entre



Eficácia do tratamento de saúde depende de medicamentos, observa João Alberto

as providências mais importantes para a eficácia do tratamento de saúde. Nesse sentido, ele quer que as despesas com os remédios necessários para dar continuidade ao tratamento do paciente em seu domicílio também devam ser dedutíveis, assim como já ocorre com aqueles que são utilizados durante a internação hospitalar e incluídos na despesa hospitalar e, portanto, podem ser deduzidos no IRPF.

Em seu parecer favorável à matéria, a relatora admite que a assistência farmacêutica permanece como um dos componentes menos universalizados da atenção à saúde, tanto no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) como dos planos privados de saúde. No país, segundo Serys, cerca de 80% dos medicamentos são distribuídos sob a forma de venda direta ao paciente-consumidor.

Senador espera que Comissão de Justiça aprove proposta que, a partir de 2014, unifica eleições nos níveis federal, estadual e municipal

Sibá Machado defende o fim da reeleição para presidente

O senador Sibá Machado (PT-AC) manifestou sua expectativa de aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na próxima quarta-feira, da proposta de emenda à Constituição de sua autoria que acaba com a reeleição para o cargo de presidente da República, mas amplia seu mandato de quatro para cinco anos (PEC 41/03). A matéria recebeu voto favorável do relator, Tasso Jereissatti (PSDB-CE), na forma de substitutivo.

Sibá lembrou que será analisada conjuntamente outra proposta de sua autoria – PEC 20/04 – que estabelece eleição única, a partir de 2014, para escolha dos candidatos a cargos eletivos em nível federal, estadual e municipal. Ao contrário da primeira proposição, Jereissatti recomenda a rejeição desta e de mais quatro PECs que tramitam em conjunto com a PEC 41/03.

Na avaliação de Sibá, as duas propostas contribuiriam para aprimorar o espaço democrático no país. Em sua opinião, a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos, permi-



Sibá manifesta expectativa de que a CCJ aprove duas propostas de sua autoria

tida pela Emenda Constitucional 16/97, não foi uma boa experiência para o país.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) endossou as críticas de Sibá à reeleição e condenou a indicação de quatro pessoas ligadas ao PMDB, partido aliado do governo Lula, para a diretoria dos Correios. Heráclito classificou a medida como “uma vergonhosa barganha política”, enquanto Sibá considerou natural a abertura de espaços no governo aos partidos aliados, dizendo discordar do ato apenas se houver alguém desabonado para o exercício da função.



Sibá também leu e comentou o artigo “O inchaço da máquina do Estado é lorota”, do jornalista Elio Gaspari, publicado na *Folha de S. Paulo*. O parlamentar ratificou a análise de Gaspari, que, em vez de abuso de gastos públicos na gestão Lula, aponta o aumento no aporte de transferências para programas sociais.

Heráclito elogia renúncia de Luiz Henrique para concorrer à reeleição

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) cumprimentou, ontem, o ex-governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que entregou sua carta-renúncia para concorrer à reeleição. Luiz Henrique disputará o governo do estado tendo como vice na chapa o senador Leonel Pavan (PSDB-SC).

– Foi um gesto de coerência, pois Luiz Henrique sempre se mostrou preocupado com o uso da máquina administrativa durante a campanha pela reeleição. Merece registro, pois é prova de coragem e de desprendimento – disse.

Heráclito saudou a trajetória política de Luiz Henrique, que foi deputado estadual, federal, ministro da Ciência e Tecnologia, presidente nacional do PMDB e prefeito de Joinville (SC) por duas vezes.

O parlamentar criticou o PT, que, segundo ele, ao contrário de Luiz Henrique, “não tem nenhum compromisso com a coerência”.

– O que o partido dizia quando era oposição não tem nada a ver com o que faz hoje no poder.

O senador também comentou o fato de a declaração de previsão de gastos do PT ter aumentado muito nestas eleições, em relação às passadas.

– Parece que vai ser mais difícil usar o caixa dois. Mas o que mudou? O partido ficou rico? É preciso atentar para isso – frisou Heráclito, acrescentando que, nesta campanha, as despesas deveriam ser menores, uma vez que, com as mudanças introduzidas pela nova legislação eleitoral, não serão mais permitidos os comícios nem a distribuição de brindes, por exemplo.



Ex-governador sempre se preocupou com o uso da máquina, ressalta Heráclito

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) enalteceu o exemplo que confere a todo o país o ex-governador Luiz Henrique.

– Estamos condenando a instituição da reeleição exatamente em razão dos abusos praticados por aqueles que, detentores do poder, usam a máquina pública na busca de seus interesses eleitorais. Se não houver um aprimoramento do sistema, é melhor que se acabe com esse instituto – disse, acrescentando que o assunto deve ser discutido pelo Congresso.

Proposição aprovada na terça-feira cria os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher e proíbe penas leves ou pecuniárias aos agressores

Lúcia Vânia comemora aprovação de projeto em defesa da mulher

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) agradeceu os colegas parlamentares pela aprovação, na terça-feira, do PLC 37/06, que ela relatou. A proposição, entre outras medidas, cria os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Uma das inovações importantes, na opinião da senadora, consiste na própria definição de violência contra a mulher – “qualquer ação ou conduta baseada na relação de gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico”. Ela destaca ainda a proibição da aplicação de somente penas pecuniárias aos agressores, como o pagamento de custas básicas.

– Essas são penas leves demais para agressões que, muitas vezes, deixam marcas físicas ou psico-



Lúcia Vânia foi relatora da proposta que redefine violência contra a mulher

lógicas impossíveis de cicatrizar – afirmou a parlamentar.

De acordo com Lúcia Vânia, pesquisa realizada em 2004 indica que cerca de 2 milhões de mulheres são espancadas por ano no Brasil.

– Os números mostram que

tomamos a decisão mais acertada. São 175 mil vítimas por mês. A cada dia, 5.800 mulheres são agredidas. Segundo dados do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 78% dos agressores são os próprios parceiros – informou ela.

A senadora salientou que as mulheres agredidas acabam tendo prejuízos físicos, psicológicos e até financeiros, pois muitas perdem o emprego e ficam ainda mais dependentes dos agressores.

– Ao aprovar este projeto de lei, o Congresso Nacional mostrou toda sua disposição para impedir que se prolongue o silêncio, a amargura e o sofrimento de milhares de vítimas da covardia e da impunidade de alguns – disse Lúcia Vânia.

Maranhão: idoso deve decidir sobre seu patrimônio

José Maranhão (PMDB-PB) apresentou projeto revogando dispositivo do Código Civil (Lei 10.406) que torna obrigatório o regime de separação de bens no casamento da pessoa maior de 60 anos. A proposta objetiva permitir a essas pessoas a livre decisão sobre o regime de bens no casamento.

Segundo argumenta o senador na justificativa do projeto, a lei em questão constitui não apenas uma intervenção estatal abusiva na instituição familiar, como também uma evidente violação do princípio da dignidade da pessoa humana, definido na Constituição.

Segundo ele, idosos nessa faixa etária, nos dias de hoje, conforme estudos científicos, detêm discer-

nimento para exercer a capacidade plena de decisão sobre seu patrimônio.

Maranhão afirmou ontem da tribuna, ao defender sua proposição, que o Código Civil adotado em 2002 pouco difere do que estabelecia a legislação de 1916, que obrigava o homem de 60 anos e a mulher de 50 anos a casarem-se somente pelo regime de separação de bens, “impondo-lhes uma suposta proteção do Estado”.

– Embora o legislador do novo Código Civil tenha se dedicado a promover, sob esse aspecto, a igualdade substancial entre o homem e a mulher, ao determinar uma idade comum a ambos a partir da qual passa a prevalecer esse condicionamento, logrou atrair,



Maranhão questiona a obrigatoriedade da separação de bens em casamento de idoso

em contrapartida, críticas severas de juristas e magistrados. Eles consideram tal imposição infundada, uma vez que a aferição da capacidade de discernimento de uma pessoa com 60 anos não deve ser generalizada – concluiu.

Malta propõe restrições ao uso de celular por funcionários de cadeias

A fim de coibir atos violentos como os atentados promovidos pela facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, em maio, o senador Magno Malta (PL-ES) apresentou projeto proibindo a entrada, nas cadeias e penitenciárias, de funcionários portando aparelhos celulares ou quaisquer outros aparelhos de comunicação.

O projeto (PLS 197/06) aguarda decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O parlamentar alega que o franco acesso dos presos a aparelhos celulares deixa claro que há falhas na revista das visitas. Malta também levanta a hipótese de que esses aparelhos sejam vendidos ou alugados por funcionários aos presos, que os utilizam para planejar ações criminosas, realizadas dentro e fora da jurisdição penitenciária.

Entre os dias 12 e 19 de maio, o PCC promoveu ataques coordenados contra forças de segurança em diversos pontos de São Paulo, conduzindo simultaneamente rebeliões em 82 unidades do sistema penitenciário paulista. Na ocasião, o celular foi definido, por uma autoridade em investigação criminal, como a maior arma em poder dos delinquentes.

Na opinião de Magno Malta, a ação do PCC em São Paulo colocou em evidência as diversas falhas da administração do sistema



Magno Malta quer evitar que telefones sejam vendidos ou alugados aos presos

carcerário, que, embora há muito tempo entendida como tibia e ineficaz, no seu entender, jamais foi combatida com os necessários vigor e vontade política.

– A urgência de se atacar as fontes de fornecimento desses bens aos presos parece-nos, a toda prova, auto-evidente – diz.

O projeto excetua do rol de prisões cujos funcionários ficarão proibidos de portar celulares os estabelecimentos para os quais são destinados os condenados a regime semi-aberto, como colônias agrícolas, industriais ou similares, assim como os centros de observação criminológica e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico. Segundo Malta, a medida deve valer apenas para cadeias e penitenciárias devido ao fato de nesses locais ser maior a possibilidade de uma presumida organização interna dos presos e de vulnerabilidade a fugas.

Romeu Tuma quer prorrogar tempo de prisão preventiva

Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou projeto estabelecendo que a autoridade administrativa poderá, pelo prazo de 30 dias, decretar o isolamento preventivo do preso provisório ou do condenado ao qual se impute a prática de falta grave. Hoje, a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) fixa esse período em até dez dias.

A proposta (PLS 158/06), que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), determina ainda que o tempo de medida cautelar (isolamento preventivo ou inclusão provisória no regime disciplinar diferenciado) poderá ser prorrogado por até 120 dias, desde que com autorização judicial, e será computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.



Projeto de Tuma passa de dez para 30 dias o prazo de isolamento de presos

O senador diz que pretende auxiliar o administrador a preservar a necessária ordem nos estabelecimentos penitenciários, enquanto providências são tomadas, no âmbito administrativo, a fim de apurar eventual prática de falta disciplinar de natureza grave, respeitado o direito de defesa do preso.

A VOZ do CIDADÃO
 VOCÊ LIGADO NO SENADO FEDERAL
 0800 612211